

Apagão em São Paulo pode influenciar segundo turno

Crise elétrica deixou 1,7 milhão de pessoas sem energia

Por Karoline Cavalcante

Crise de energia elétrica enfrentada por São Paulo traz a possibilidade de mudanças do cenário político no segundo turno das eleições municipais de 2024, que acontecerá no dia 27 de outubro. Em avaliação de especialistas, o deputado federal e candidato à prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (Psol), poderá experimentar um crescimento nas pesquisas contra o atual prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB).

Segundo o cientista político Rócio Barreto, este tema já está sendo utilizado como ferramenta de campanha e continuará até o pleito por ambos os candidatos e seus respectivos apoiadores. Ele ponderou que, entre as narrativas, estão a que atribui culpa ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), apoiador de Nunes, por ter indicado diretores à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o órgão não culpabilizar a Enel, que é a atual empresa responsável pela energia de São Paulo. Enquanto outros atribuem a culpa ao governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), alegando que a Aneel não cobrou da Enel as devidas ações necessárias para que evitasse apagões.

Podas

“Boulos aproveita, usando a narrativa de que o prefeito Nunes não fez a poda das árvores, que não há como culpá-lo pelos ventos e pelas chuvas, mas que teria culpa, sim, por não fazer a manutenção necessária tanto nas redes de esgoto como nas árvores, o que pode estar afetando, além da falta de energia, outros problemas advindos das chuvas”, exemplifica Barreto.

Lula marca evento para empreendedores em São Paulo

O presidente Lula (PT) vai realizar na sexta-feira (11) em São Paulo uma grande cerimônia de balanço e novos anúncios do Acredita, programa que amplia a oferta de crédito para empreendedores e famílias de baixa renda.

Sancionada na semana passada, a medida não teve evento por falta de agenda, mas foi chamada por Lula de “maior programa de crédito já feito na história deste país para pequeno e médio empresário”. Ela é tratada por integrantes do governo como uma grande aposta para atingir esse segmento da sociedade, que esteve no foco de Pablo Marçal (PRTB) e que virou alvo de Guilherme Boulos (Psol) no segundo turno das eleições municipais.

O evento será feito na capital paulista, onde há maior número de empreendedores do país e também onde Boulos investe nesse eleitorado. Um integrante da campanha de Boulos disse que o tema virou “coqueluche” da atualidade.

Boulos e Lula

Na semana passada, Boulos esteve em Brasília para se reunir com Lula e gravar programa eleitoral. Na conversa, o presidente encorajou o candidato. Segundo relatos, o petista lembrou sua trajetória pessoal e recomendou que o deputado do Psol seja ele mesmo na disputa.



Apagão em São Paulo entra no debate da campanha eleitoral

“Um vai jogar a culpa tanto no governo federal como no governo estadual e no municipal”.

Em relação ao possível crescimento do candidato do Psol, o cientista político avalia que isso não será o suficiente para fazê-lo disparar na frente. Mas que deverá haver uma mudança, especialmente junto aos “eleitores que não têm viés ideológico e estão muito incomodados com a falta de energia”. Para Barreto, dado o fato de que a disputa foi muito acirrada no primeiro turno, isso poderia deixar os dois candidatos em empate técnico.

“Essa poderá ser uma forma de o eleitor expressar sua insatisfação com o governo, mesmo se não enxergar como responsabilidade da prefeitura. E isso será feito nas urnas, apesar de serem eleições municipais”, iniciou.

“Mas eu creio que os candidatos ficarão empareados e a decisão será por poucos votos; a falta de energia será um dos fatores que irá colocar Boulos em empate técnico com o candidato Nunes”, finalizou.

Marçal

O cientista político André Rosa cogita mesmo um fenômeno que, em princípio, seria inusitado: a migração dos votos dados no primeiro turno a Pablo Marçal (PRTB), um candidato de direita, para Boulos, de esquerda. Marçal terminou em terceiro lugar, muito próximo dos dois candidatos que foram para o segundo turno.

“Abre-se espaço para o Boulos crescer, também, até porque parte dos eleitores do Marçal está chateada por ele não ter ido para o segundo turno. Esses eleitores votaram nele não por uma ideologia de centro-direita ou direita, mas como um voto de protesto. Às vezes, o eleitor não ideológico vota muito pelo candidato, e um apagão mostra uma incompetência governamental. Nesse sentido, o eleitor tem de avaliar. Agora, vai depender muito de como a campanha e o marketing político do Boulos trabalharão isso”, explicou Rosa.

Boulos é um porta-voz da

oposição quando o assunto são privatizações. Ele se manifestou contra a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que foi concluída em julho de 2024, e critica a privatização do setor de energia na capital, mesmo que este tenha sido privatizado desde 1981.

Desde a sexta-feira (12), milhares de clientes seguem sem luz devido às fortes chuvas e vendavais que atingiram o estado, com ventos superiores a 100 km/h. Até o momento, não há previsão para o pleno restabelecimento do serviço.

Em relatório divulgado às 15h desta segunda-feira (14), a Enel atualizou o quadro de energia, informando que ainda falta retomar o fornecimento para 400 mil clientes, dos quais cerca de 280 mil estão na capital.

“Nossas equipes seguem trabalhando dia e noite para recompor a rede elétrica desde os primeiros momentos da tempestade”, afirmou a nota.



Programa pode turbinar campanha de Boulos

No domingo do primeiro turno, durante almoço com Boulos, Lula já havia recordado o fato de ter chegado em desvantagem ao segundo turno na disputa de 2006, tendo obtido vitória no final.

Antes de embarcar para Brasília para a gravação com Lula, Boulos disse que procuraria o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para conversar sobre o programa Jovem Empreendedor, o que acabou não acontecendo.

Proposta de Tabata

O candidato quer a promessa de recursos do governo fe-

deral para a proposta incorporada de Tabata Amaral (PSB). Segundo auxiliares de Lula, o Acredita, com foco no empreendedor mais vulnerável, já contemplaria essa demanda de Boulos.

O programa que amplia a oferta de crédito para empreendedores e famílias de baixa renda e facilita a renegociação de dívidas de pequenos negócios, entre outras medidas, era uma medida provisória, transformada em lei no mês passado pelo Congresso.

Segundo o ministro de Relações Institucionais, Ale-

xandre Padilha, Lula chega na sexta em São Paulo, onde deve participar do evento, que contará com a participação de parlamentares, ministros e presidentes de bancos públicos.

Boulos, por ser candidato, não deve poder participar. Mas no dia seguinte contará com a presença de Lula em agendas de campanha na zona leste e na zona sul.

Terceiro colocado no primeiro turno, Marçal mirou uma agenda de empreendedorismo e levou a maior parte do eleitorado da zona leste. Na zona sul, tradicional reduto petista, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) teve melhor desempenho.

A preocupação em ajustar a rota no discurso do PT com o mundo do trabalho já foi exposta por Lula em entrevista na última sexta-feira (4).

“Se ele quiser trabalhar por conta própria, eu sancionei (...) um projeto de lei chamado Acredita, que mais vai garantir financiamento para pequeno e médio empreendedor, para cooperativa, para o pessoal do Bolsa Família que quiser fazer um negócio”, disse Lula à rádio O Povo/CBN.

Marianna Holanda, Catia Seabra e Renato Machado (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Carlos Portinho na CPI das Apostas

Senador quer que PF apure fraudes em apostas

Integrante da CPI que apura manipulação de jogos, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) foi ao Ministério da Justiça pedir que as investigações sobre fraudes no futebol sejam federalizadas.

Ele disse ao secretário-executivo da pasta, Manoel Carlos de Almeida Neto, que a pulverização de inquéritos nos estados dificulta as apurações. Alegou também a exis-

tência de indícios de crimes financeiros, de competência da Polícia Federal, como lavagem de dinheiro. Ressaltou também que a lei que regulamentou as casas de apostas é federal.

À coluna, Portinho afirmou ser necessário criar um grupo tático para investigar crimes que vão muito além das divisões dos estados e que afetam todo o país.

Mandados

O senador frisou que haveria três mandados de prisão contra o empresário William Rogatto, que depôs na CPI e confessou ter participado de manipulação de jogos, subornado jogadores e árbitros. Mas os senadores não sabem em que tribunais estão os processos.

Delação

Para ele, até mesmo a ida de integrantes da comissão a Portugal — onde Rogatto disse estar — depende de mais informações, até mesmo da confirmação de sua localização. Segundo o senador, o empresário indica querer fazer uma delação premiada.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Prefeito tenta limitar número de confrontos

Nunes queria até três debates, deverá ir a quatro

Apesar de ter defendido um limite de três debates no segundo turno, Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição em São Paulo, já trabalha com a ideia de ir a quatro confrontos.

Além do da Band (previsto para ocorrer na noite de ontem); haveria um na quinta (promovido por Folha de S.Paulo, UOL e

Rede TV); outro no sábado (Record e jornal Estado de S.Paulo) e o da Globo. Ele não deverá comparecer a um quinto, que seria promovido pelo SBT.

Ontem, Nunes não teve agendas externas, dedicou-se à preparação para o confronto da noite, especialmente para perguntas sobre o apagão na cidade.

Lula lá? Onde?

Apesar da promessa de Lula de se dedicar mais à campanha de Guilherme Boulos (Psol) em São Paulo, nada foi marcado. Há expectativa de participação do presidente em evento na sexta ou no sábado. O tempo é curto: no início da semana, Lula viaja para a Rússia.

Proteção

Mesmo com uma eventual sucessão de apagões será muito difícil destinar o diretor geral da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, Sandoval de Araujo Feitosa Neto, que tem mandato até 2027. A lei protege muito os diretores de agências reguladoras.

Impeachment

A lei do impeachment prevê oito crimes de responsabilidade capazes de justificar a retirada de presidente da República, ministros do governo ou do Supremo Tribunal Federal ou do procurador-geral da República. Entre eles, o desrespeito a decisões judiciais.

Condições

Diretores de agências reguladoras só perdem o emprego em caso de condenação definitiva na Justiça ou em processo administrativo. Não podem exercer atividades em que haja conflito de interesses e são proibidos de militarem na política ou em sindicatos.